



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

## **Garantia de direitos e o papel do trabalho profissional no sistema de justiça brasileiro**

### **The guarantee of rights and the role of professional work in the Brazilian justice system**

**Mariana de Siqueira Mazzero<sup>1</sup>**

**Eixo Temático: 9 - Sistema de Justiça e exercício profissional**

#### **Introdução**

O sistema de justiça brasileiro, historicamente estruturado a partir de contradições sociais e desigualdades, opera simultaneamente como espaço de proteção de direitos e de reprodução de violações, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O trabalho profissional desenvolvido nesse âmbito, em especial pelas e pelos assistentes sociais, está atravessado por desafios éticos, técnicos e políticos, sobretudo diante da necessidade de materializar o princípio da proteção integral preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este resumo propõe uma reflexão crítica sobre o papel do trabalho profissional no sistema de justiça, com ênfase na socioeducação, articulando a garantia de direitos à prática cotidiana dos profissionais e às contradições que marcam o campo sociojurídico brasileiro.

#### **Desenvolvimento**

O sistema socioeducativo brasileiro surge como resposta à histórica violação de direitos de adolescentes em conflito com a lei e às demandas de responsabilização social impostas pelo capitalismo periférico brasileiro (Freitas, 2011; Bonalume et al., 2021). Entretanto, o contexto de implementação das medidas socioeducativas revela profundas tensões entre o discurso da proteção integral e a lógica punitiva que persiste nos territórios e instituições (Engel, 2018; Bonatto & Fonseca,

---

<sup>1</sup> Graduanda de Serviço Social na UNESP. Email: [mariana08mazzero@gmail.com](mailto:mariana08mazzero@gmail.com)



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

2020).

O trabalho profissional no sistema de justiça, sobretudo na socioeducação, ocorre sob intensa pressão, exigindo a mediação entre direitos legais e uma realidade precária (Bonalume et al., 2021). Embora o ECA e o SINASE sejam avanços legais, sua aplicação enfrenta entraves como o desmonte das políticas públicas, a desarticulação da rede de proteção e o fortalecimento de posturas conservadoras e punitivas (Sousa, 2014; Souza, 2022).

O Serviço Social, nesse contexto, atua na produção de laudos, no acompanhamento de adolescentes em medidas socioeducativas, na articulação da rede e na defesa de direitos. Contudo, a prática é marcada por dilemas éticos, limites institucionais e falta de recursos (Borba & Fernandes, 2020; Brito, 2020). As desigualdades de classe, raça e gênero aprofundam as violações, exigindo dos profissionais uma atuação crítica e transformadora (Duarte, 2016; Cunha, 2013). Apesar dos desafios, há caminhos de resistência por meio da formação crítica, do trabalho em rede e do fortalecimento de espaços coletivos de defesa de direitos (Bonatto & Fonseca, 2020; Bonalume et al., 2021).

### **Considerações Finais**

O trabalho profissional no sistema de justiça, particularmente no âmbito da socioeducação, se constitui como campo estratégico e contraditório, onde coexistem avanços legais e práticas conservadoras. A garantia de direitos de adolescentes em conflito com a lei depende, em grande medida, da atuação crítica, ética e comprometida das e dos profissionais envolvidos, especialmente do Serviço Social, que ocupa lugar central na articulação de políticas públicas e na mediação das tensões sociais. Contudo, essa atuação exige condições objetivas e investimento em políticas públicas integradas, além do enfrentamento ao conservadorismo e ao punitivismo que historicamente atravessam o sistema de justiça brasileiro.

### **Referências Bibliográficas**

BONALUME, Bruna C.; JACINTO, Adriana G.; FERREIRA, Lindsay L. G. No fio da navalha: os desafios do trabalho profissional do assistente social no sistema socioeducativo. *Serviço Social em Revista* (UEL), v. 24, n. 2, p. 459-481, 2021.

BONATTO, Vanessa P.; FONSECA, Débora C. Socioeducação: entre a sanção e a proteção.



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Educação em Revista (UFMG), v. 36, 2020.

BORBA, Maria do P. S.; FERNANDES, Regina M. Serviço Social e Poder Judiciário: aproximações com uma agenda de educação permanente. *Serviço Social & Sociedade*, n. 137, p. 155-173, 2020.

BRITO, Ana E. R. M. A incompletude institucional e a intersetorialidade na política de atenção à criança e ao adolescente no município de Recife. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco.

CUNHA, Liziane G. H. da. A socioeducação e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social: entre a renovação e o conservadorismo. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

DUARTE, Joana das F. Para além dos muros: as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ENGEL, Bruna M. Serviço Social, SGD, SINASE e SUAS: uma análise das medidas socioeducativas de meio aberto a partir da contradição entre proteção e responsabilização. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREITAS, Tais P. de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, n. 105, p. 30-49, 2011.

SOUSA, Iara B. de. O serviço social e os direitos dos adolescentes: análise das medidas socioeducativas de meio aberto em Fortaleza-CE e Aracaju-SE. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Renata M. de. Limites e desafios da socioeducação na liberdade assistida: pensados a partir de Campos dos Goytacazes-RJ. 2022. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense.